

**HABEAS CORPUS Nº 493.197 - SP (2019/0041153-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO**  
**ADVOGADO : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO - SP366341**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MARCIO HENRIQUE MIRANDA MORAES (PRESO)**

**DECISÃO**

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão trazida, de nulidade do acórdão recorrido, para apresentação de novo recurso de apelação, pela deficiência de defesa técnica em segunda instância, é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Acerca da execução provisória da pena, sabe-se que a Sexta Turma, ao apreciar os EDcl no REsp 1.484.413/DF e o REsp 1.484.415/DF, na sessão de 3/3/2016, adotou orientação, fixada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, de 17/2/2016, DJ de 17/5/2016), segundo a qual a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não afronta o constitucional princípio da presunção de inocência.

Frise-se, ainda, que, em 5/10/2016, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando medida cautelar nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, por maioria, reafirmou o entendimento da possibilidade de execução provisória da pena, na ausência de recurso com efeito suspensivo.

Assim, prolatado o juízo condenatório por Tribunal de Apelação e ausentes recursos especial ou extraordinário com casuísticos efeitos suspensivos, é possível a execução provisória da pena, ainda que concedido na sentença o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

Ressalte-se, por oportuno, não constar dos autos qualquer informação acerca da pendência de julgamento de eventuais recursos interpostos perante a Corte de origem.

Já no que tange ao pleito de modificação do regime inicial de

cumprimento da pena, sob o argumento de que foi utilizada fundamentação inidônea, denota-se que, a despeito de se tratar de reprimenda estabelecida em patamar não superior a oito anos, foi apontando na sentença fundamento concreto para justificar a definição de regime penal mais gravoso (fl. 37), consubstanciado na reincidência do paciente e na quantidade de droga apreendida (35,16 gramas de maconha), de modo que a casuística valoração dessa justificativa merece melhor exame no julgamento de mérito, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de 1º Grau.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator